

EMPREGO JUVENIL E COMPOSIÇÃO DOMICILIAR NO BRASIL: EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19

Autores¹:

Marcos Damasceno
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Thiago Cordeiro Almeida
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Estevão De Almeida Vilela
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Mariana Eugenio Almeida
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Beatriz Rolla Antuna
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Resumo:

Sabendo-se que a condição de inserção ocupacional não depende apenas de aspectos individuais, mas também do contexto de origem de cada trabalhador, a composição familiar da residência dos jovens, enquanto ambiente de compartilhamento de recursos, pode ser determinante na transição para a vida laboral em contextos de instabilidade. Utilizando dados da PNAD Contínua, buscou-se analisar o *status* ocupacional e de estudo dos jovens brasileiros entre 2015 e 2021, sob a perspectiva do domicílio em que vivem. Os resultados confirmam diferentes condições de adaptação à pandemia da Covid-19, a depender do grupo etário e do tipo de domicílio da população jovem.

Palavras-chave: Emprego juvenil; Composição domiciliar; Covid-19.

Área temática: 2. Demografia.

¹ Alunos do programa de pós-graduação em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), contemplados com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Introdução

A pandemia da Covid-19 teve efeitos desastrosos nos mercados de trabalho em todo o mundo. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020), milhões de trabalhadores perderam o emprego em 2020. No Brasil, apenas entre abril e maio de 2020, quase 5 milhões de empregos foram destruídos. A crise, no entanto, afetou grupos sociais de diferentes maneiras (Cortes & Forsythe, 2020).

Segundo dados sistematizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil apresenta altas taxas de participação dos jovens no mercado de trabalho, quando comparado com demais países, inclusive da América Latina. Apesar da alta participação juvenil no mundo do trabalho, é justamente este grupo etário que apresenta as maiores taxas de desocupação e o Brasil está entre os primeiros no *ranking* da região. O presente artigo visa analisar as trajetórias ocupacionais dos jovens brasileiros e os efeitos da pandemia da Covid-19, sob a perspectiva da composição do domicílio em que vivem. A partir de uma análise descritiva de dados, o artigo traz reflexões sobre as tendências do emprego juvenil e os efeitos de curto e médio prazo da pandemia da Covid-19, reforçando a necessidade de ações e políticas públicas específicas. Utilizam-se dados de pesquisas domiciliares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2015 a 2021.

1. Revisão bibliográfica

Jovens e mercado de trabalho: desafios em momentos de recessão

Os jovens enfrentam desafios diversos para entrar e permanecer no mercado de trabalho. No âmbito da literatura especializada nessa temática, dois desses desafios merecem destaque, por serem recorrentes nos países em que há evidências. O primeiro é o de que o desemprego entre os jovens é significativamente maior quando comparado com as demais faixas etárias. O segundo é que a taxa de desemprego juvenil é mais sensível ao ciclo econômico e cresce mais e mais rápido em contextos de recessão econômica (Corseuil et. al., 2020).

Entre as explicações para o maior desemprego entre os jovens é possível citar fatores como a heterogeneidade das suas características sociodemográficas, alta rotatividade e elevadas taxas de informalidade, fatores estes que são mais ou menos relevantes a depender do contexto de desenvolvimento do país. Assim, temos um quadro em que a alta taxa de rotatividade juvenil leva a um maior desemprego desse grupo, o que é associado a alta concentração dos jovens em postos de trabalho informais, que também são caracterizados por altas taxas de rotatividade (Corseuil et. al., 2020).

No que se refere ao comportamento do emprego juvenil em períodos de recessão, do ponto de vista da oferta de mão-de-obra, os jovens apresentam menos proteção contra a demissão e menor acúmulo de capital humano (O'Higgins, 1997; Dunsch, 2016 *apud* Corseuil et. al., 2020). Por outro lado, do ponto de vista da demanda por mão-de-obra, em períodos de crise, os empresários apresentam maior seletividade na contratação de novos trabalhadores (Huckfeldt, 2020 *apud* Corseuil et. al., 2020). Assim, os jovens seriam mais prejudicados nestes períodos em função da falta de experiência e qualificação e por regulações do mercado de trabalho que colocam este grupo em situação de maior vulnerabilidade.

O Brasil apresenta particularidades que merecem destaque. A primeira diz respeito à informalidade, traço estrutural do mercado de trabalho brasileiro, que é ainda mais acentuado para os trabalhadores jovens. Além disso, a alta rotatividade constitui determinante para o desemprego não apenas no setor informal da economia, mas também no setor formal (Corseuil et al., 2014). Reis (2015) discute os principais desafios para a inserção e permanência dos jovens no mercado de trabalho brasileiro, destacando as dificuldades de obtenção do primeiro emprego e a pior qualidade do emprego juvenil, caracterizado por salários mais baixos, informalidade e grande instabilidade.

Além da disparidade observada entre o emprego juvenil e das demais faixas etárias, é importante destacar as grandes desigualdades existentes entre os próprios jovens. Corseuil e Franca (2015) destacam três grandes grupos de desigualdades: por faixa etária; por outras características sociodemográficas, como gênero e raça/cor; e por características socio regionais, como renda, educação e situação do domicílio.

No que se refere à faixa etária, jovens de 14 a 17 anos² apresentam as menores taxas de participação e as maiores taxas de desemprego, seguidos pelas faixas de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos (Corseuil e Franca, 2015). Em relação às desigualdades de gênero e raça/cor, verifica-se que mulheres e pretos e pardos apresentam condições de inserção no mercado de trabalho menos favoráveis. Por fim, no que se refere às características socioeconômicas, os jovens de maior escolaridade e maior renda tendem a se sair melhor no mercado de trabalho (Corseuil e Franca, 2015).

O Brasil apresenta altas taxas de participação dos jovens no mercado de trabalho, em comparação com os demais países da América Latina, reflexo da difícil realidade econômica de diversas famílias brasileiras, em que os jovens acabam tendo que entrar precocemente no mundo do trabalho de modo a contribuir com a renda da família. No entanto, cabe ressaltar que há um grupo de jovens que não estão inseridos na atividade produtiva e não estão estudando, os chamados “nem-nem”. Segundo Silva e Vaz (2020), são justamente as mulheres (especialmente aquelas que têm filhos) e os jovens pobres, negros, com baixa escolaridade e que vivem em domicílios com maior número de crianças ou com outra pessoa que exija cuidados, que apresentam as maiores chances de se tornarem nem-nem.

Verifica-se, portanto, uma associação importante entre a inserção do jovem na atividade econômica, suas características socioeconômicas e o contexto familiar/domiciliar em que está envolvido. O cenário, no entanto, parece paradoxal. Se por um lado, o mercado de trabalho brasileiro é caracterizado por altas taxas de participação juvenil, por outro lado, a proporção de jovens que não trabalham nem estudam também é alta e concentrada em jovens que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social. Desta forma, a seção seguinte discute a relevância da perspectiva da composição familiar/domiciliar na análise da inserção e permanência de jovens no mercado de trabalho.

Emprego juvenil sob a perspectiva da composição domiciliar

A família vem sendo utilizada como unidade de análise em diversos campos do conhecimento – economia, sociologia, demografia – pela importância que esse grupo social desempenha no processo de tomada de decisão dos indivíduos. Wajnman (2012) aponta como as diversas transições que ocorrem em diferentes estágios do ciclo de vida – como nascimentos, casamentos, divórcios e morte – não só determinam as composições

² No Brasil, a inserção legal de jovens de 14 e 15 anos de idade no mercado de trabalho só se dá por meio do contrato de aprendizagem profissional, que visa combinar atividades de educação e experiência profissional.

familiares, mas os próprios tipos de família contribuem para que (e quando) essas transições ocorram.

Nesse sentido, a configuração familiar e o contexto socioeconômico em que as famílias se encontram, exercem um papel fundamental no curso de vida dos indivíduos. Entretanto, para compreender essas relações, é preciso definir a unidade de análise, até aqui chamada de *família*, em que as principais decisões coletivas são tomadas, favorecendo trocas e transferências de recursos. Como é apontado por Wajnman (2012), para fins de análise empírica, a chamada *família domiciliar* parece ser a unidade mais adequada, visto que está presente de forma confiável e identificável nas principais pesquisas domiciliares (como na PNAD Contínua e no Censo Demográfico). Esse grupo traz a combinação entre a coresidência e o parentesco, sendo o último dado por consanguinidade e por afinidade, como madrastas e sogros (WAJNMAN, 2012, p. 19). A literatura aponta que tanto o tamanho, quanto o tipo de família – monoparental, biparental, família estendida etc. – contribuem para a entrada no mercado de trabalho e a transição para a vida adulta dos jovens (Uhlenberg & Muller, 2002; Putney & Bengtson, 2002). Foi identificado que a acumulação de capital humano e a probabilidade de permanecer na escola por mais anos, por exemplo, estão positivamente relacionadas com a presença de ambos os pais no domicílio (Araújo *et al*, 2022; Garasky, 1995). Ainda, a partir de uma análise de coortes, Marteleto (2002) mostrou como a diminuição do tamanho das famílias, como consequência do processo de queda da fecundidade, contribuiu para o aumento da escolaridade de jovens no Brasil.

Há uma extensa discussão sobre os mecanismos pelos quais a estrutura familiar pode influenciar a reprodução de desigualdades. Como aponta McLanahan & Percheski (2008), os diferentes arranjos familiares podem ser tanto consequência como causa da desigualdade de renda. Como exemplo, a renda e estabilidade financeira de um indivíduo apresenta relação positiva com a transição para o casamento e saída da casa dos pais (Schneider *et al*, 2019; McLanahan & Percheski, 2008). Ademais, crianças em famílias monoparentais apresentam uma desvantagem de oportunidades em relação a famílias biparentais, já que a fonte de renda é reduzida para apenas uma pessoa responsável (McLanahan & Percheski, 2008). Por outro lado, Fontes (2014, p. 93) mostra que, apesar de ainda em desvantagem em relação a arranjos domiciliares biparentais, a presença de outros parentes nos arranjos monoparentais contribuiu para o aumento da renda domiciliar *per capita* em 23% no Brasil, entre 1996 e 2011.

Dessa forma, com o intuito de fazer uma análise mais precisa da relação entre emprego juvenil e composição domiciliar para o contexto brasileiro, é fundamental identificar quais são os principais tipos de arranjos domiciliares no país. Wajnman (2012) apresentou uma análise sobre as principais mudanças nos arranjos domiciliares brasileiros entre 1960 e 2000. Durante todo o período, o tipo de domicílio predominante foi o de casal com filhos. No entanto, algumas mudanças ocorreram, como a diminuição da proporção de domicílios compostos e o aumento relativo de todos os outros tipos³ (unipessoal, casal sem filhos, monoparentais e família estendida). Destaca-se aqui o crescimento, a princípio não esperado, das famílias estendidas. Nesses casos, a extensão se dá, principalmente, de forma verticalizada, ou seja, com a presença de pais, filhos e netos. Essa tendência pode ser explicada, tanto pela diminuição da mortalidade e pelo padrão de fecundidade jovem no país, quanto pela dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho combinada com o cenário de seguridade social favorável para os grupos de idades mais avançadas.

Ainda, com relação aos padrões de renda dos tipos de domicílios brasileiros em 2000, foi verificado que as famílias unipessoais se concentram nos níveis mais altos de renda. Já as famílias estendidas, se encontram predominantemente nas faixas médias de

³ O tipo de domicílio *casal com filhos* teve um aumento relativo até 1980, quando começou a cair.

renda (principalmente do segundo ao quinto decil), seguindo um formato de U ao longo dos níveis (WAJNMAN, 2012, p. 90). Essa comparação entre renda e composição familiar é relevante justamente para identificar quais os arranjos domiciliares coincidem com níveis mais altos de vulnerabilidade econômica. O arranjo das famílias estendidas, neste sentido, parece ser uma importante estratégia encontrada pelos jovens brasileiros para se proteger social e economicamente.

No contexto da pandemia de COVID-19, agravada por uma profunda crise econômica no Brasil, a estrutura domiciliar em que os jovens se encontram pode indicar não só uma maior ou menor proteção contra a instabilidade socioeconômica, como também impactar a transição para a vida adulta e a entrada no mercado de trabalho. Por um lado, seria esperado que jovens inseridos em estruturas domiciliares mais propensas a instabilidades socioeconômicas pudessem ter realizado transições de situação ocupacional e/ou escolaridade ao longo do período. Por outro lado, dada determinadas situações ocupacionais e/ou escolaridade que os jovens estavam submetidos durante o mesmo contexto de instabilidade, os próprios jovens podem ter mudado de residência – ainda que temporariamente – como uma forma de ajustar a sua situação ao contexto.

Efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o emprego juvenil

A pandemia da Covid-19 teve efeitos econômicos globais expressivos e, no âmbito do mundo do trabalho, resultou na retração tanto da demanda quanto da oferta de trabalho. No Brasil, verificou-se um aumento contido do desemprego, quando comparamos com outros países. Este resultado, no entanto, omite o real impacto da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro, que pode ser caracterizado pela saída forçada de milhões de trabalhadores da força de trabalho rumo à inatividade. Dados do IBGE revelam que entre 2019 e 2020, houve um aumento de cerca de 20% da população fora da força de trabalho, o que representa uma variação absoluta de cerca de 13 milhões de trabalhadores.

Adicionalmente, desigualdades em termos de sexo, raça/cor e idade não se reduziram durante o período de crise. Pelo contrário, os grupos em desvantagem foram justamente aqueles mais afetados pela pandemia, fazendo com que as desigualdades se agravassem ainda mais durante este período (Costa et al., 2021).

No que se refere aos jovens, uma tendência já observada de aumento do desemprego se agravou durante a pandemia e identificou-se um aumento da parcela de jovens em ocupações com características associadas à baixa qualidade do emprego, entre as quais destaca-se a informalidade. A tendência de aumento da informalidade entre os jovens é preocupante, pois como aponta a literatura, assim como episódios de desemprego no início da trajetória profissional, a inserção do jovem pelo mercado de trabalho informal tende a ter impactos negativos sobre a trajetória profissional dos jovens no longo prazo (Corseuil et al., 2020).

A crise econômica gerada pela Covid-19 tem um diferencial que pode ser ainda mais prejudicial para os jovens em relação às crises precedentes, uma vez que impacta não só o mercado de trabalho, como também a educação formal e formação profissional, ambas decisivas nas chances dos jovens de conquistarem um trabalho decente na fase de recuperação (Silva e Vaz, 2020).

2. Dados e metodologia

Para investigar em que medida as tendências apontadas acima se mantiveram, foram intensificadas ou mesmo alteradas no contexto da pandemia, este trabalho utilizou

microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), conduzida pelo IBGE, em sua versão trimestral. Optou-se por trabalhar com dados do terceiro trimestre entre os anos de 2015 e 2021, pois, com essa extensão temporal, pode-se identificar como os indicadores analisados vinham oscilando antes da pandemia e, com isso, ter melhor dimensão dos possíveis choques dela decorrentes; já a opção pelo terceiro trimestre evita o efeito sazonal comum em dados relativos à economia e mercado de trabalho, que poderiam enviesar a interpretação dos fenômenos analisados.

Os microdados foram extraídos e trabalhados em *software* de linguagem R, com auxílio do pacote “PNADcIBGE”⁴, elaborado por pesquisadores e servidores do próprio IBGE. As variáveis demográficas e socioeconômicas selecionadas para a análise foram as seguintes, com seus respectivos códigos, tal como indicados no dicionário também disponibilizado pelo IBGE: idade (V2009), frequência à escola (V3002), condição em relação à força de trabalho (VD4001), condição de ocupação (VD4002), posição na ocupação principal (VD4009) e registro da empresa no CNPJ (V4019). Também foram utilizadas as variáveis relativas aos domicílios, a saber: a relação com a pessoa de referência do domicílio (V2001) e a variável derivada sobre a condição no domicílio agregada (VD2002).

Visando analisar os possíveis diferenciais entre os subgrupos etários da população jovem em idade ativa – aqui considerada como aquela entre os 14 e os 29 anos de idade – sem perder de vista os marcos temporais do curso de vida educacional e laboral, foram segregados três subgrupos. O primeiro é o composto por jovens com idade entre 14 e 17 anos, entre os quais se presume haver maior prevalência da condição de estudante do que de trabalhador. O segundo é o composto pelos de idade entre 18 e 24 anos, quando já se imagina haver maior proporção de trabalhadores, embora boa parte também possa frequentar a Educação Básica (ou Ensino Superior). O terceiro é o composto por jovens entre 25 e 29 anos, faixa etária em que se imagina haver maior proporção de trabalhadores do que de estudantes.

Uma segunda estratificação foi feita com relação aos domicílios que, na PNAD Contínua, são classificados em quatro categorias: unipessoal, nuclear, estendido e composto. Com o objetivo de melhor apurar os possíveis diferenciais que existam entre e dentro de cada uma dessas categorias, e seguindo a tipologia sugerida por Keyfitz (1985, apud WAJNMAN, 2012), optou-se por desagrupar o domicílio nuclear em três formatos, quais sejam: casal com filhos, casal sem filhos e monoparentais. Essas três categorias se somam ao domicílio unipessoal, ao de família estendida (grupo domiciliar em que, além do núcleo familiar – pessoa de referência, cônjuge e filhos –, há outros parentes, como netos ou irmãos) e ao domicílio composto (em que, além do núcleo e possíveis outros parentes, residem também não parentes), compondo os seis tipos domiciliares em que os jovens serão analisados.

Os resultados apresentados a seguir traçam um panorama da situação da população jovem de todo o Brasil no que diz respeito à participação na força de trabalho (se ativos ou inativos), à condição de ocupação (se ocupados, isto é, trabalhando, ou desocupados em busca de trabalho), ao vínculo ocupacional (se formal ou informal⁵) e à frequência de escola (se frequentam ou não), ao longo do período investigado. A unidade de análise são as pessoas, ou seja, os jovens em cada subgrupo etário ou tipo de domicílio. Primeiramente, a proporção ou prevalência dos indicadores mencionados será apresentada por subgrupos etários e, em seguida, por tipo domiciliar, no intuito de

⁴ <https://cran.r-project.org/web/packages/PNADcIBGE/index.html> (acesso em 30 de maio de 2022).

⁵ Os critérios da PNAD Contínua consideram como “situação de informalidade” aquela dos trabalhadores cuja condição de ocupação no trabalho principal seja a de “empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico, sem carteira de trabalho assinada”, “trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada”, “empregador sem CNPJ”, “conta própria sem CNPJ” ou “trabalhador familiar auxiliar”, conforme descrito em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8517> (acesso em 30 de maio de 2022).

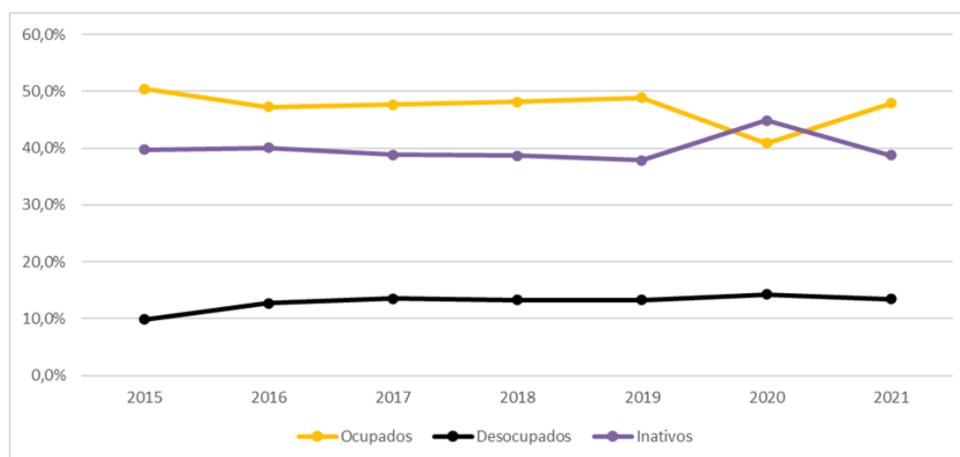
identificar em que idade ou domicílio se concentram os jovens com melhor ou pior inserção no mercado de trabalho e na vida laboral.

3. Resultados e discussão

Em consonância com o que foi destacado na bibliografia citada, os dados da PNAD Contínua revelam efeitos significativos no mercado de trabalho durante o período da pandemia de Covid-19, alterando, ao menos momentaneamente, a tendência dos indicadores analisados. De fato, entre, 2019 e 2020, houve queda do total de jovens ocupados em todos os grupos etários analisados, com o correspondente aumento no total de desocupados e de inativos, situação que se reverte entre 2020 e 2021, quando os indicadores retornam, via de regra, a níveis próximos dos registrados em 2019. No entanto, a magnitude desse impacto foi diferente, a depender da faixa etária dos jovens.

No caso dos que tinham entre 14 e 17 anos, a oscilação foi menor, situação condizente com o que se espera em uma fase do ciclo de vida em que integrar a força de trabalho é menos frequente do que nas idades seguintes. Já nos grupos etários de 18 a 24 e de 25 a 29 anos, percebem-se variações percentuais mais intensas no primeiro do que no segundo, sendo de se destacar que a queda da proporção de jovens ocupados foi mais acompanhada do aumento da proporção de inativos do que de desocupados, compondo um cenário em que boa parte dos jovens trabalhadores transitou entre a condição de ocupado e a condição de inativo (fora da força de trabalho), conforme exposto no Gráfico 1:

Gráfico 1: proporção de jovens entre 14 e 29 anos de idade ocupados, desocupados e inativos.



Fonte: PNAD Contínua 2015-2021, 3º Trimestre, IBGE.

Quando se leva em conta, além das variáveis sobre trabalho, a que questiona sobre frequência a escola, outras disparidades entre os grupos etários ficam evidentes (Tabela 1). Tanto para os jovens com idade entre 18 e 24 anos quanto para os que tinham entre 25 e 29 anos, a queda do total de ocupados que não frequentam escola entre 2019 e 2020 foi da ordem de 8 pontos percentuais e boa parte desse percentual foi recuperada já em 2021; porém, essa recuperação foi mais intensa no segundo grupo (25 a 29 anos) do que no primeiro (18 a 24 anos). Entre ocupados que estudam, a variação no grupo de 25 a 29 anos é pouco significativa; no grupo de 18 a 24 anos, a queda percentual entre 2019 e 2020 também não é muito pronunciada (1,6 p.p.), mas, em 2021, a proporção supera o nível de 2019 (com aumento de 2,2 p.p. entre 2020 e 2021). Também a oscilação dos inativos nesses dois grupos etários variou, a depender de se frequentar escola ou não: a proporção de inativos que estudam alterou pouco durante a pandemia para os com idade

entre 25 e 29 anos, retornando ao mesmo nível de 2019 em 2021, mas a proporção dos inativos que não estudam (os “nem-nem”) aumentou de 15,8% para 16,7% nesse grupo etário, entre 2019 e 2021. Já entre os jovens do grupo etário de 18 a 24 anos ocorreu o inverso: a proporção dos inativos que estudam foi de 12,8% em 2019 para 16,4% em 2020 e 13,8% em 2021, enquanto a proporção dos inativos que não estudam, embora tenha aumentado em quase 5 p.p. de 2019 para 2020, em 2021 já estava abaixo do nível pré-pandemia. A Tabela 1 sintetiza os resultados para esses dois grupos.

Tabela 1: proporção de jovens entre 18 e 29 anos de idade, segundo condição de trabalho e frequência à escola

Grupo etário	Situação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
18-24	Ocupados e estudam	13,9%	12,8%	13,2%	13,7%	13,5%	11,9%	14,1%
	Ocupados e não estudam	41,5%	38,4%	38,7%	38,0%	39,4%	31,4%	37,8%
	Desocupados e estudam	3,2%	4,7%	5,0%	4,8%	4,8%	5,7%	5,4%
	Desocupados e não estudam	9,9%	12,4%	13,2%	12,8%	12,9%	13,4%	12,6%
	Inativos e estudam	14,0%	13,6%	12,8%	13,7%	12,8%	16,4%	13,8%
	Inativos e não estudam	17,6%	18,0%	17,2%	17,0%	16,6%	21,2%	16,3%
25-29	Ocupados e estudam	7,8%	8,2%	8,6%	8,9%	9,1%	8,7%	8,9%
	Ocupados e não estudam	64,4%	61,7%	61,2%	61,2%	61,6%	53,5%	60,3%
	Desocupados e estudam	1,0%	1,3%	1,4%	1,3%	1,2%	1,8%	1,4%
	Desocupados e não estudam	7,8%	9,4%	9,8%	9,9%	9,7%	11,9%	10,2%
	Inativos e estudam	2,6%	2,6%	2,8%	2,8%	2,5%	3,0%	2,5%
	Inativos e não estudam	16,5%	16,8%	16,2%	15,8%	15,8%	21,1%	16,7%

. Fonte: PNAD Contínua 2015-2021, 3º Trimestre, IBGE.

Ainda na comparação dos grupos etários, um outro indicador interessante é a proporção de trabalhadores informais. Conforme se observa na a Tabela 2, tem-se uma clara tendência de aumento de vínculos de trabalho informais entre 2016 e 2021⁶ para todos os grupos etários de jovens. No entanto, enquanto nos grupos de 18 a 24 e 25 a 29 anos o período da pandemia fez a proporção de informais reduzir (provavelmente em decorrência da redução do total de ocupados, denominador do cálculo dos trabalhadores informais e do aumento da população inativa), para o grupo com idade entre 14 e 17 anos essa proporção aumentou, mesmo não tendo havido aumento de ocupados nessa faixa etária.

Tabela 2: proporção de jovens ocupados com vínculo de trabalho informal.

Grupo etário	2016	2017	2018	2019	2020	2021
14-17	77,0%	80,1%	78,2%	80,3%	82,9%	82,5%
18-24	41,1%	43,5%	44,1%	44,7%	43,7%	45,6%
25-29	32,2%	34,8%	35,6%	36,5%	36,0%	38,0%
Total (14-29)	39,1%	41,6%	42,1%	42,9%	41,7%	43,9%

Fonte: PNAD Contínua 2015-2021, 3º Trimestre, IBGE.

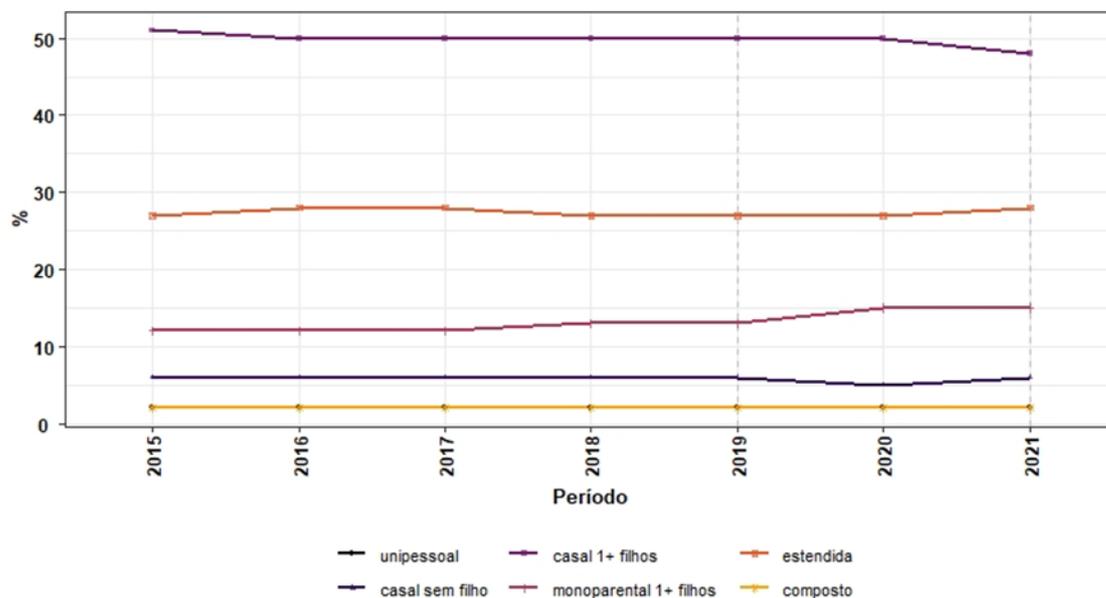
Padrões dos tipos de domicílio com jovens residentes no Brasil: 2015-2021

Antes de analisar as tendências de emprego e frequência à escola juvenil ao longo do tempo e seu comportamento durante o período de crise sanitária e econômica provocada pela pandemia de COVID-19, é importante compreender as particularidades

⁶ Esse indicador apenas foi incorporado à PNAD Contínua a partir do quarto trimestre de 2015, daí a ausência do dado para este ano neste trabalho.

da distribuição dos jovens segundo o tipo de domicílio em que residiam. A distribuição dos tipos de domicílio nos quais havia ao menos um jovem residente, independente da relação com a pessoa responsável pelo domicílio, pode ser observada no Gráfico 2.

Gráfico 2: proporção de jovens entre 14 e 29 anos de idade por situação do domicílio.

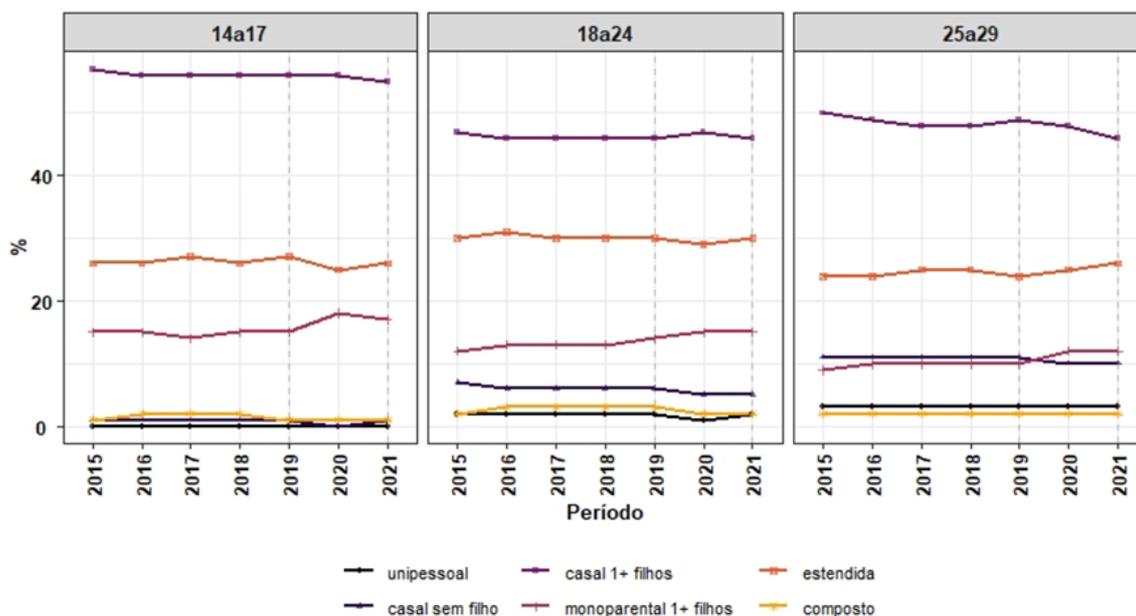


Fonte: PNAD Contínua 2015-2021, 3º Trimestre, IBGE.

Há uma estabilidade na proporção dos tipos de domicílios com jovens residentes entre 2015 e 2021. Como era esperado, os domicílios compostos por casais com um ou mais filhos apresentam a maior prevalência ao longo do tempo, com cerca de 50% dos jovens residentes, seguido por domicílios com famílias estendidas e domicílios com famílias monoparentais com um ou mais filhos. Estes três tipos de domicílio concentraram cerca de 90% dos jovens ao longo do período analisado.

A desagregação dos jovens segundo os grupos etários revela comportamentos distintos em termos da composição deste grupo por tipo de domicílio em que residem. Conforme se observa no Gráfico 3, para o grupo etário de 14 a 17 anos, como era de se esperar, houve uma menor prevalência de jovens residentes em domicílios compostos, unipessoal e nuclear do tipo casal sem filhos, o que pode ser interpretado como um efeito do estágio do ciclo de vida deste grupo. Para os demais grupos etários, o comportamento que chama a atenção é a maior prevalência de jovens residindo em domicílios nucleares do tipo “casal sem filhos” entre as idades 25 a 29 anos do que para os outros grupos etários, o que era esperado pelo estágio do ciclo de vida deste grupo.

Gráfico 3: proporção de jovens entre 14 e 29 anos de idade por situação do domicílio e grupo etário.



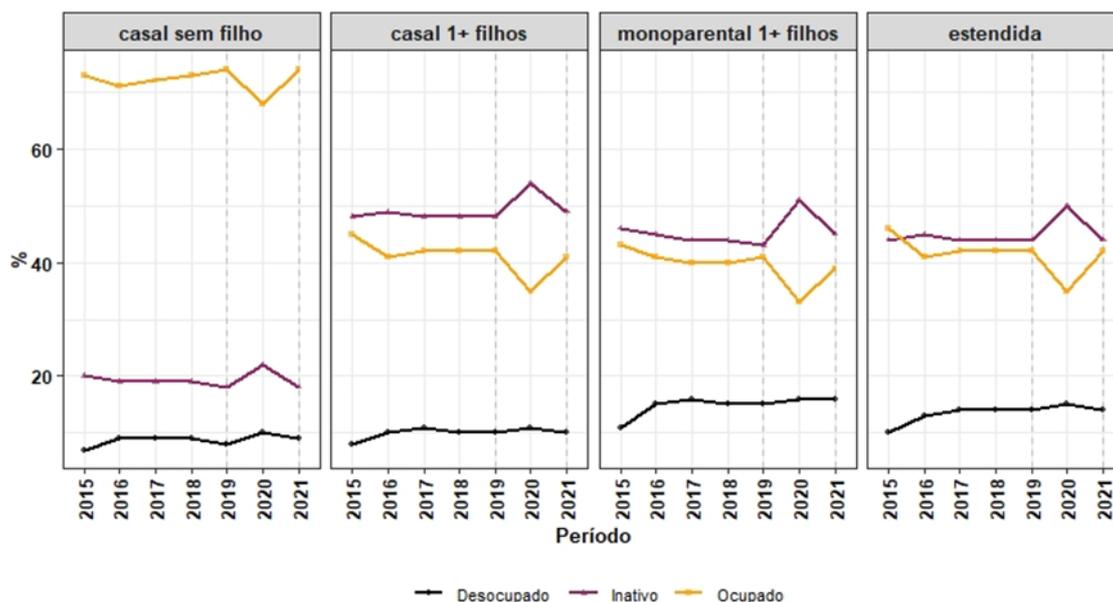
Fonte: PNAD Contínua 2015-2021, 3º Trimestre, IBGE.

Status ocupacional dos jovens por tipo de domicílio residente no Brasil: 2015-2021

Conforme analisado anteriormente, grande parte dos jovens entre 14 e 29 anos residiam em domicílios constituídos por famílias domiciliares – exceto unipessoais e compostos⁷. Neste sentido, para as análises subsequentes, será dado enfoque somente para estes tipos de domicílios, excluindo-se domicílios unipessoais e compostos. Além disso, dado o interesse do trabalho de compreender diferenciais de *status* ocupacional e de frequência à escola dos jovens ao longo do tempo e suas particularidades segundo os tipos de domicílio, de agora em diante as análises dos *status* dos jovens será feita separadamente por tipo de domicílio. Primeiramente, o Gráfico 4 apresenta a tendência do *status* ocupacional dos jovens por tipo de família domiciliar em que residiam.

Gráfico 4: proporção de jovens entre 14 e 29 anos de idade desocupados, inativos e ocupados por situação do domicílio.

⁷ Em 2015 e 2021, por exemplo, os domicílios unipessoais e compostos apresentaram uma participação de 2% dos jovens entre 14 e 29 anos.



Fonte: PNAD Contínua 2015-2021, 3º Trimestre, IBGE.

Nota-se que há padrões bastante distintos quando se compara domicílios compostos por casais sem filhos com os demais. Os jovens residentes em domicílios compostos por casais sem filhos apresentaram uma prevalência majoritária de status de ocupados, atingindo mais de 70% em 2019. Como já discutido anteriormente, os jovens residentes em domicílios de casais sem filhos seriam os responsáveis ou cônjuge do responsável, o que, desde uma perspectiva de ciclo de vida, poderia ser entendido como aqueles indivíduos que, em geral, teriam alguma renda como forma de contribuir nas despesas domiciliares, o que justifica a grande prevalência do status ocupacional de ocupado para este grupo. Para os demais arranjos familiares, há uma tendência bastante semelhante no que tange ao status ocupacional dos jovens, com uma maior prevalência de jovens inativos, seguidos por aqueles ocupados.

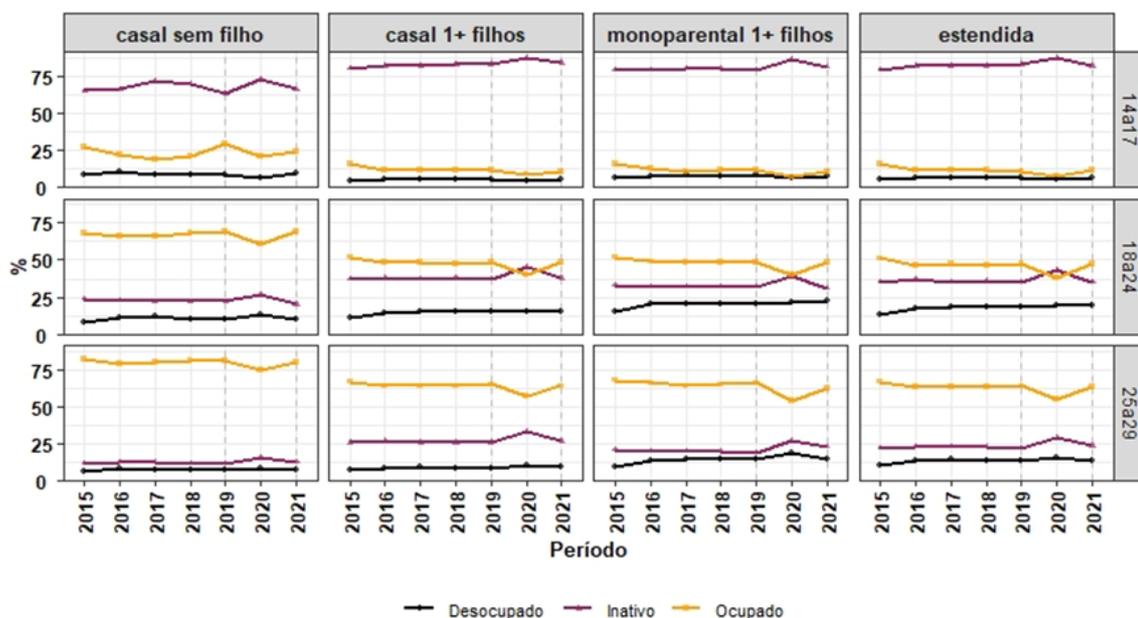
Em relação aos jovens desocupados, nota-se um nível relativamente estável ao longo do tempo tanto para os domicílios constituídos por casais sem filho e aqueles casais que contêm um ou mais filhos. Em outra direção, domicílios monoparentais com um ou mais filhos e famílias estendidas apresentaram uma tendência, ao longo do tempo, de aumento deste status.

A prevalência do *status* ocupacional dos jovens durante o período mais intenso de oscilação do mercado de trabalho devido à pandemia de Covid-19 também pode ser analisada por tipo de domicílio. Para quase todos os tipos de famílias domiciliares em que os jovens residiam, nota-se que houve uma redução daqueles ocupados em 2020 com uma recuperação da tendência observada até 2019, exceto para monoparentais com um ou mais filhos. Em sentido contrário, em 2020, houve um aumento dos jovens fora da força de trabalho – inativo – para todos os tipos de domicílio, recuperando as tendências observadas até 2019 a partir de 2021. Vale ressaltar que a prevalência de jovens desocupados aparentou oscilar pouco por tipo de domicílio em 2020, o que pode ser um indicativo de transição dos jovens, em grande parte, de ocupados para fora da força de trabalho.

A análise do status ocupacional dos jovens por tipo de domicílio desagregado por grupo etário – conforme exposto no Gráfico 5, pode revelar particularidades dos momentos de ciclo de vida já reforçadas anteriormente. Como visto, os jovens entre 14 e

17 anos se encontravam, majoritariamente, fora da força de trabalho, e isso independentemente do tipo de domicílio em que residiam⁸.

Gráfico 5: proporção de jovens entre 14 e 29 anos de idade desocupados, inativos e ocupados por situação do domicílio e grupo etário.



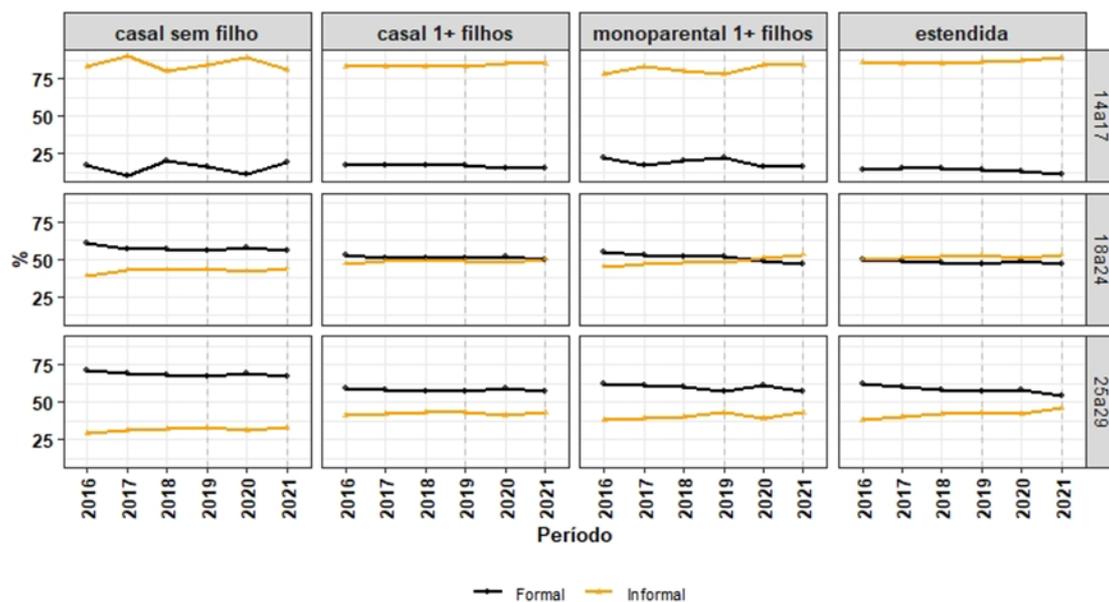
Fonte: PNAD Contínua 2015-2021, 3º Trimestre, IBGE.

Em linhas gerais, na medida em que a idade dos jovens aumenta, é esperada uma maior inserção no mercado de trabalho como, de fato, é observado, conforme o Gráfico 5. Tal inserção, no entanto, ocorre diferencialmente por tipo de domicílio, uma vez que, em domicílios constituídos por casais com um ou mais filhos, há uma menor prevalência de jovens ocupados em relação aos demais tipos de domicílio. Por outro lado, também nos domicílios constituídos por casais com um ou mais filhos é que se tem uma maior prevalência de jovens fora da força de trabalho, o que pode ser um indicativo para um adiamento da entrada na força de trabalho devido ao maior tempo de estudo, como será explorado adiante. A tendência de *status* ocupacional por tipo de domicílio e grupo etário apresentou um comportamento semelhante àquele observado para os jovens como um todo durante o período de pandemia de Covid-19.

Para uma maior qualificação do modo como os jovens se inserem no mercado de trabalho, convém analisar também a tendência dos jovens ocupados segundo a formalidade ou informalidade do vínculo de trabalho e os tipos de domicílio em que residiam. O Gráfico 6 apresenta a respectiva análise segundo o grupo etário dos jovens e o arranjo familiar em que residiam entre 2016-2021.

Gráfico 6: proporção de jovens entre 14 e 29 anos de idade ocupados com vínculo de trabalho formal e informal, por situação do domicílio e grupo etário.

⁸ Conforme já discutido, as análises dos jovens de 14 a 17 anos residentes em domicílios classificados como casal sem filho será evitada, devido à baixa prevalência deste grupo na amostra.



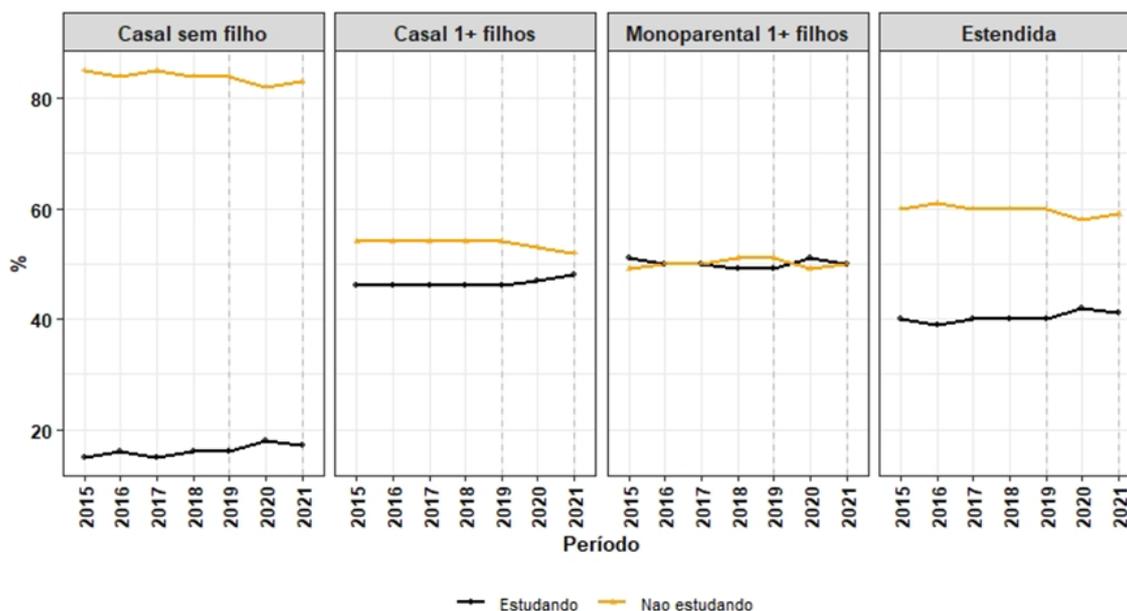
Fonte: PNAD Contínua 2016-2021, 3º Trimestre, IBGE.

Independentemente do tipo de família domiciliar em que residiam ao longo do período analisado, nota-se que há uma tendência de maior participação dos jovens em ocupações informais quando mais jovens, tendo pouca oscilação nesta tendência inclusive durante períodos de maior oscilação devido a pandemia de Covid-19 – exceto para os domicílios compostos por famílias estendidas, em que, mostrou um ligeiro aumento durante a pandemia. Por outro lado, quanto maior for a idade dos jovens, maior era a tendência de se encontrarem em vínculos formais de trabalho.

Status de estudo dos jovens por tipo de domicílio residente no Brasil: 2015-2021

A frequência à escola por parte dos jovens pode oscilar em períodos de crises econômicas, que podem colocá-los diante da necessidade de procurar emprego. Além disso, como foi observado anteriormente, a propensão a deixarem ou não de estudar está atrelada ao suporte domiciliar em que estão inseridos. O Gráfico 7 apresenta a proporção de jovens segundo a frequência à escola e o tipo de domicílio em que residiam.

Gráfico 7: proporção de jovens entre 14 e 29 anos de idade estudando ou não, por situação do domicílio.



Fonte: PNAD Contínua 2015-2021, 3º Trimestre, IBGE.

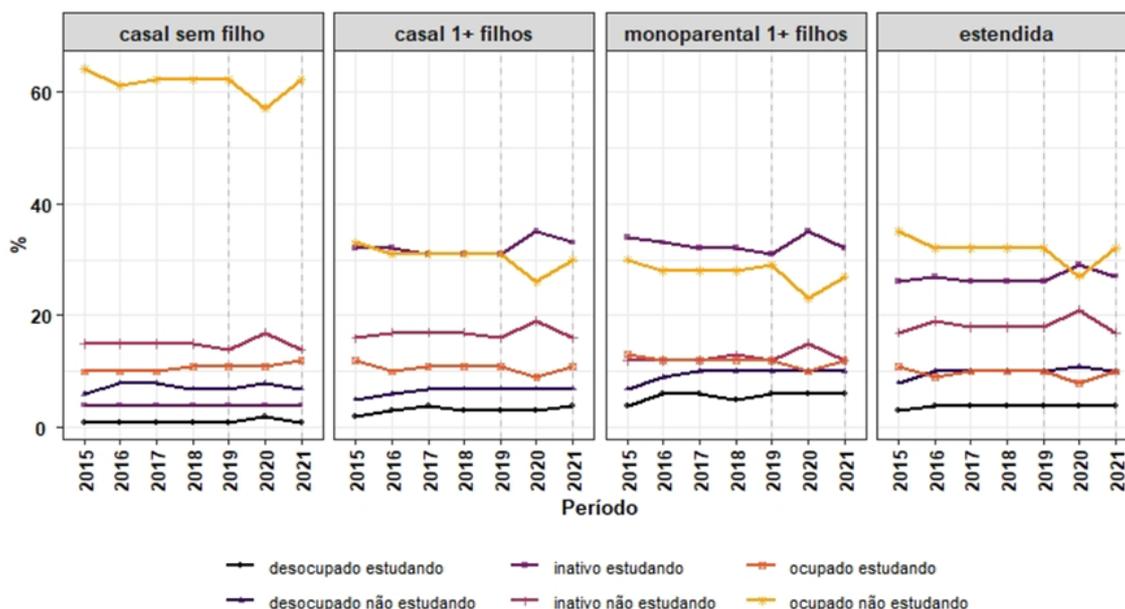
Nota-se que há uma variação considerável do *status* de estudo segundo o tipo de domicílio em que os jovens residiam, o que tende a se relacionar também com um efeito de ciclo de vida dos jovens. Um bom exemplo é quando se analisa o arranjo de casais sem filhos. Há uma tendência de maior prevalência de jovens sem estudar, uma vez que eles podem estar em estágios da vida em que saíram da casa dos seus pais para constituírem domicílios próprios onde são cônjuges ou responsáveis.

Cenário distinto é visto para os demais tipos de domicílio. Casais com um ou mais filhos, por exemplo, apresentam uma tendência bastante consistente ao longo do tempo no que tange à prevalência dos jovens em termos do *status* de estudo; no entanto, a partir de 2020, houve uma tendência de aumento da parcela dos jovens residentes neste tipo de domicílio que se encontravam estudando, o que se manteve também em 2021.

Status de ocupação e de estudo dos jovens por tipo de domicílio residente no Brasil: 2015-2021

Diante das análises acima, torna-se nítido que há uma relação entre o status ocupacional e de estudo que pode repercutir em diferenciais por tipo de domicílio. Neste sentido, o Gráfico 8 apresenta a distribuição dos jovens segundo o *status* ocupacional e de estudo por arranjo familiar em que residiam entre 2015-2021. Para além do que já foi apontado anteriormente acerca dos diferenciais por tipo de família residente segundo cada tipo de *status* separadamente, a relação entre esses fatores permite que se levante indícios sobre transições de entre um ou ambos os *status* dos jovens ao longo do tempo e, principalmente, no período de Covid-19.

Gráfico 8: proporção de jovens entre 14 e 29 anos de idade segundo status de ocupação e frequência à escola, por situação do domicílio.



Fonte: PNAD Contínua 2015-2021, 3º Trimestre, IBGE.

Para os jovens que residiam em famílias constituídas por casal sem filhos, há uma maior prevalência dos jovens ocupados não estudando e fora da força de trabalho e que também não estudavam ao longo do tempo. Para os jovens residentes em arranjos de casais com um ou mais filhos e monoparentais com um ou mais filhos, há uma tendência semelhante entre si: ambos têm uma considerável prevalência de jovens fora da força de trabalho estudando e jovens ocupados não estudando. Além destes *status* em que os jovens se concentram ao longo do tempo, há também uma considerável prevalência de jovens fora da força de trabalho não estudando, ainda em maior proporção no caso dos casais com um ou mais filhos, o que é um indício distinto do que seria esperado na literatura de uma maior vulnerabilidade dos jovens presentes em domicílios monoparentais com filhos. No entanto, para melhor explorar tal hipótese, é necessário um aprofundamento dos diferenciais socioeconômicos dos responsáveis pelo domicílio e, inclusive, explorar qual o comportamento observado em situações em que os jovens são os próprios responsáveis, o que não é aprofundado no presente artigo.

No caso das famílias estendidas, por seu turno, há uma tendência ainda mais diversa do que aquela observada nos domicílios anteriores, com uma participação relativa mais heterogênea entre o status ocupacional e de estudo dos jovens ao longo do tempo. Primeiramente, chama a atenção que, embora os jovens ocupados não estudando tenham sido aqueles que apresentaram maior prevalência neste tipo de domicílio, há uma mudança no contexto da Covid-19, tendo os jovens fora da força de trabalho estudando como aqueles em maior proporção, retornando à tendência anterior em 2021. Além disso, os jovens que não estavam estudando e que se encontravam fora da força de trabalho – “nem-nem” – têm uma maior prevalência nas famílias estendidas em comparação com os demais tipos de domicílio. Esses resultados corroboram com o que a literatura indica sobre as famílias estendidas. Tanto a presença expressiva de jovens ocupados, quanto dos nem-nem, nesse tipo de arranjo domiciliar se dá, possivelmente, pela falta de segurança econômica e pela dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho, respectivamente.

4. Considerações finais

Os resultados obtidos pela análise da PNAD Contínua durante a pandemia e nos anos que a precederam revelam tanto semelhanças quanto algumas disparidades no que diz respeito aos indicadores de ocupação e estudo da população jovem, a depender da idade e do tipo de domicílio em que reside.

Percebeu-se, de modo geral, que o impacto da pandemia foi no sentido de diminuir a proporção de jovens ocupados entre 2019 e 2020, em paralelo a um aumento da proporção de jovens inativos no mesmo período. Entre 2020 e 2021, esses padrões voltam para patamares próximos dos verificados antes da pandemia, com algumas diferenças relacionadas ao grupo etário – a variação mostrou-se mais intensa entre jovens de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos – e ao tipo de domicílio. Embora uma análise mais exata dos fluxos entre *status* ocupacionais por idade e domicílio dependa de uma melhor compreensão da transição entre esses distintos subgrupos, os dados levantados servem de indício de que grande parte dos jovens em questão alternou, ao longo da pandemia, entre a condição de ocupado e de inativo, deixando e depois retornando à força de trabalho – com ressalva para os jovens em domicílios monoparentais ou estendidos, nos quais também houve um ligeiro aumento da proporção de desocupados.

Observou-se também que, no grupo etário entre 18 a 24 anos, a proporção de jovens ocupados teve recuperação mais lenta do que a do grupo etário entre 25 e 29 anos entre 2020 e 2021, independentemente do tipo de domicílio em que residiam. Embora no primeiro grupo houvesse maior proporção de jovens estudantes, a queda e retomada mais lenta do nível de ocupação reforça as conclusões já obtidas por pesquisadores do mercado de trabalho brasileiro, no sentido de que a busca por trabalho no início da vida adulta é mais árdua do que à medida que a idade avança.

Em relação à informalidade, percebeu-se um diferencial específico para os jovens entre 14 e 17 anos de idade, cuja proporção de ocupados com vínculo de trabalho informal aumentou com a chegada da pandemia, ao passo que, entre os jovens das demais idades, essa proporção diminuiu entre 2019 e 2020. Apesar de o aumento da informalidade entre os jovens de qualquer idade ter uma tendência de crescimento desde anos anteriores, corroborando a inserção prejudicada no mercado de trabalho apontada por autores como Corseuil et al. (2020), é intrigante que, justamente na faixa etária em tese menos pressionada pela necessidade de trabalhar, esse aumento tenha ocorrido também durante a pandemia, quando se teve, em geral, queda na proporção de ocupados. Uma hipótese que se pode aventar é a de que, justamente por se tratar de um grupo etário com menor prevalência de trabalhadores, um pequeno aumento daquela parcela deles que, por estar em condição mais vulnerável, precisa obter renda, pode ter sido responsável pelo aumento da informalidade em toda a faixa etária de 14 a 17 anos.

Considerando que também nos domicílios estendidos foi identificado um aumento da informalidade nos anos da pandemia e que esse domicílio é caracterizado por composições mais complexas e heterogêneas (WAJNMAN, 2012), seria interessante investigar os jovens nesses domicílios levando em conta outras características informadoras de sua situação socioeconômica, como renda e tipo de ocupação, pois essa informalidade pode ser fruto de adolescentes que se viram obrigados a trabalhar auxiliando outros membros do domicílio, por exemplo. Além disso, para pesquisas subsequentes, é fundamental aprofundar nas características dos demais integrantes dos domicílios estendidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, A. *et al.* **Estrutura familiar e dinâmica educacional entre gerações.** Revista Brasileira de Estudo de População, v.39, p. 1-27, e0192, 2022.

CORSEUIL, C. H. L.; FRANCA, M. A. P. Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006-2013. Brasília: OIT, 2015.

CORSEUIL et al. “A rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro”. In: Corseuil, Carlos Henrique L.; Botelho, Rosana U. (orgs.). Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros. Brasília: Ipea, 2014.

CORSEUIL et al. A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. Dossiê Juventude e Trabalho. Novos estud. CEBRAP 39 (3). Sep-Dec 2020.

CORTES, G. M.; FORSYTHE, E. The Heterogeneous Labor Market Impacts of the Covid19 Pandemic: SSRN papers, 2020.

COSTA et al. Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da Covid-19. Texto para discussão nº 2684. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2021.

FONTES, M. **Situação Econômica de Arranjos Domiciliares Monoparentais e Biparentais no Brasil: Uma Análise Orçamentária**. Tese de Doutorado, Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 2014.

GARASKY, S. **The effects of family structure on educational attainment**. American Journal of Economics and Sociology, Vol. 54, nº 1, p. 89-105, janeiro 1995.

MARTELETO, L. **O papel do tamanho da família na escolaridade dos jovens**. Revista Brasileira de Estudos de População, v.19, n.2, p. 159-177, jul./dez. 2002

MCLANAHAN, S; PERCHESKI, C. **Family Structure and the Reproduction of Inequalities**. Annu. Rev. Sociol. 2008. 34:257–76, 2008.

OIT. ILO Monitor: COVID-19 and the world of work. Fourth edition. 2020.

PUTNEY, N.; BENGTON, V. **Intergenerational Relations in Changing Times**. In: MORTIMER, J. & SHANAHAN, M. Handbook of the Life Course, Chapter 7, p. 149-164. Kluwer Academic Publishers, 2002. REIS, M. C. “Uma análise da transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil”. Revista Brasileira de Economia, v. 69, n. 1, 2015, pp. 125-43.

SCHNEIDER, D. *et al.* **Job Quality and the Educational Gradient in Entry Into Marriage and Cohabitation**. Population Association of America, 2019.

SILVA, E. R. A; VAZ, F. M. Os Jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020.

UHLENBERG, P.; MUELLER, M. **Family Context and Individual Well-Being Patterns and Mechanisms in Life Course Perspective**. In: MORTIMER, J. & SHANAHAN, M. Handbook of the Life Course, Chapter 6, p. 123-148. Kluwer Academic Publishers, 2002.

WAJNMAN, S. **Demografia das Famílias e dos Domicílios Brasileiros**. Tese de Professor Titular apresentada ao Departamento de Demografia FACE/ UFMG. Belo Horizonte, 2012.

